

AVISO DE CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

AVISO Nº ALT20-16-2018-05

**PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA CENTROS
URBANOS COMPLEMENTARES - apresentação de candidaturas**

**DOMÍNIO DA SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DOS
RECURSOS**

ALENTEJO

2020

**PROGRAMA OPERACIONAL
REGIONAL DO ALENTEJO**



Aviso de Concurso para apresentação de Candidaturas

AVISO Nº ALT20-16-2018-05

Prioridade de Investimento:

6.5 - Adopção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução do ruído;

1. Preâmbulo

Na sequência da aprovação dos Planos de Ação de Regeneração Urbana (PARU), apresentados para os centros urbanos complementares, e visando acelerar o investimento nos centros urbanos complementares, o presente Aviso de Concurso permite a apresentação de candidaturas no âmbito desta prioridades de investimento.

O artigo 16º das regras gerais de aplicação dos programas operacionais financiados pelos fundos europeus estruturais e de investimento, aprovadas pelo Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 215/2015, de 6 de outubro, estipula que as candidaturas são apresentadas no âmbito de um procedimento concursal, cujos termos são divulgados através do Portal Portugal 2020 (www.Portugal2020.pt).

Assim, o presente Aviso para Apresentação de Candidaturas (AAC), por concurso, foi elaborado nos termos do previsto nos n.º 6 e 7 do artigo 16.º do **Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI)**, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 outubro, as candidaturas regem-se pela Secção 18 – “Reabilitação e qualidade do ambiente urbano”, do Capítulo II do Regulamento Específico do Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (RE SEUR), publicado pela Portaria nº.57-B/2015, de 27 fevereiro, alterada pelas Portarias nº. 404-A/2015, de 18 novembro, n.º238/2016, de 31 agosto, retificada pela Declaração de Retificação n.º17/2016, de 26 setembro, n.º124/2017, de 27 março, n.º260/2017, de 23 agosto e n.º325/2017, de 27 outubro e pelas condicionantes previstas na Prioridade de Investimento 6.5 do Eixo 8 do Programa Operacional da Região Alentejo.

Paralelamente a este aviso, serão os Municípios notificados pela Autoridade de Gestão para, até 28 de fevereiro de 2018, atualizar a calendarização detalhada dos investimentos a realizar em cada uma das operações (submetidas, aprovadas e/ou submeter) integradas ou a integrar nos Planos de Ação, de acordo com o anexo IV, independentemente do beneficiário candidatar ou não operações ao presente concurso. **Os Municípios poderão substituir as operações inicialmente previstas nos Planos de Ação por novas operações elegíveis, desde que observem a manutenção do valor da dotação contratualizada nesse Plano.**

A calendarização apresentada será objeto de monitorização.

Essa monitorização relevará para a avaliação intercalar a realizar em 2019, nos termos do Convite para a apresentação de candidaturas para os Planos de Ação de Regeneração Urbana, podendo o PARU ser alvo de ajustamento, em sentido decrescente ou crescente, em função do grau de concretização dos indicadores de realização e de resultado contratualizados, efetivamente alcançados, com referencia a 31 de dezembro de 2018.

2. Objeto, objetivos e prioridades visadas

O presente aviso tem como objetivo o lançamento de concurso para a seleção de operações enquadradas no âmbito do Plano de Ação aprovado e nas seguintes prioridade de investimento mobilizada:

Prioridade de Investimento 6.5 (6e) - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.

Esta prioridade está incluída no Eixo Prioritário 8 – Ambiente e Sustentabilidade, estando associado ao objetivo temático 6 – Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos do POR.

O POR define ainda que o objetivo específico desta prioridade de investimento é promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística dos centros urbanos de nível complementar.

Por sua vez, na seção 18 do RE SEUR, relativa à reabilitação e qualidade do ambiente urbano, o artigo 119º estabelece que os apoios têm como objetivo específico a melhoria do ambiente urbano através da revitalização das cidades, em especial nos centros urbanos, por via da reabilitação física do edificado destinado a habitação, comércio, serviços, equipamentos de utilização coletiva e do espaço público

envolvente, da qualificação ambiental e urbanística das áreas industriais abandonadas, bem como da redução da poluição do ar e do ruído.

3. Tipologia de Operações

São suscetíveis de apoio no âmbito do presente Aviso de Concurso, as intervenções que correspondam a operações enquadradas no Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) aprovado e que se enquadrem nas tipologias de investimento abrangidas pela seguinte prioridade de investimento mobilizada pelo referido Plano (PARU):

Prioridade de investimento 6.5 (6e) – Regeneração Urbana – PARU (artigo 121º do RE SEUR)

- a) Reabilitação integral de edifícios, nomeadamente destinados a habitação, a equipamentos de utilização coletiva, a comércio ou a serviços, públicos ou privados, com idade igual ou superior a 30 anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a 2, determinado nos termos do estabelecido pelo Decreto -Lei n.º 266 -B/2012, de 31 de dezembro.
- b) Reabilitação de espaço público, desde que associada a ações de reabilitação do conjunto edificado envolvente em curso ou concluídas há 5 anos ou menos, podendo envolver a demolição de edifícios para criação de espaço público e a recuperação e expansão de infraestruturas verdes.
- c) Reabilitação de espaços e unidades industriais abandonadas com vista à sua reconversão, destinadas às tipologias de uso referidas nas alíneas anteriores.

4. Natureza dos beneficiários

De acordo como disposto no Regulamento Específico Sustentabilidade e Uso Eficiente de Recursos, em articulação com o Programa Operacional para Região do Alentejo e com o previsto nos Planos de Ação para a Reabilitação Urbana (PARU) podem apresentar candidaturas, enquanto potenciais beneficiários:

- a) Entidades da Administração Pública central;
- b) Autarquias locais e suas associações;

- c) Entidades do setor empresarial do Estado;
- d) Entidades do setor empresarial local;

5. Elegibilidade dos beneficiários

5.1. Nos termos do art.º 13º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, os beneficiários devem assegurar o cumprimento dos seguintes critérios de elegibilidade:

- i) Estarem legalmente constituídos;
- ii) Terem a situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a verificar até ao momento da assinatura do termo de aceitação;
- iii) Poderem legalmente desenvolver as atividades no território abrangido pelo PO e pela tipologia das operações e investimentos a que se candidatam;
- iv) Possuírem, ou poderem assegurar até à aprovação da candidatura, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- v) Terem a situação regularizada em matéria de reposições, no âmbito dos financiamentos dos FEEI;
- vi) Apresentarem uma situação económico – financeira equilibrada ou demonstrarem ter capacidade de financiamento da operação;
- vii) Não terem apresentado a mesma candidatura, no âmbito da qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.

5.2. Os beneficiários identificados no número 4 têm de se encontrar integrados no Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU).

5.3. Para além dos critérios de elegibilidade previstos nos artigos 13.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de Outubro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 outubro, são ainda exigíveis, no âmbito do presente AAC, os critérios de elegibilidade dos beneficiários previstos no regulamento específico:

- Prioridade investimento 6.5 (6e) – Regeneração urbana: artigo 6º do RE SEUR;

6. Área geográfica

O presente aviso de concurso tem aplicação na NUT II da Região Alentejo, especificamente nas áreas de intervenção definidas no PARU.

7. Critérios de elegibilidade das operações

7.1. Aplicam-se ao presente aviso as condições de acesso previstas nos artigos 13º e 14º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 outubro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 outubro, bem como os critérios de elegibilidade das operações definidos na respetiva regulamentação específica:

- Prioridade investimento 6.5 (6e) – Regeneração urbana: artigo 5º do RE SEUR;

7.2. Constituem ainda como critérios de elegibilidade das operações:

- a) Estarem inscritas no Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) aprovado;
- b) Apresentação da atualização da calendarização detalhada dos investimentos a realizar em cada uma das operações que integram os Planos Ação de Regeneração Urbana (PARU);
- c) Sejam objeto de uma caracterização técnica e de um orçamento suficientemente detalhados e fundamentados, com uma estrutura de custos adequada aos objetivos visados, e que incluam indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o grau de execução da operação e os progressos realizados;
- d) Nos projetos em parceria, apenas são suscetíveis de apoio os projetos suportados num acordo entre todos os parceiros, que identifiquem um líder para a operação, as atividades respeitantes a cada parceiro, o respetivo orçamento individualizado, o orçamento global, os indicadores de realização e resultados por beneficiário;
- e) Cumpram as orientações e normas técnicas aplicáveis à tipologia de operação;
- f) Possuírem a totalidade dos documentos constantes do Anexo I;

- g) Demonstrar grau de maturidade mínimo, dos investimentos a candidatar, tendo por referência a componente principal do investimento, de acordo com a Deliberação nº.20/2016 da CIC, de 2 novembro:
- i. No caso de infraestruturas, comprovado pela apresentação do anteprojecto de execução, demonstrando que estão em condições de lançar o procedimento concursal, no prazo máximo de 60 dias após a contratação do apoio do Portugal 2020, nos termos da Deliberação n.º20 da CIC, de 2 de novembro de 2016, quando o promotor seja uma entidade da administração local;
 - ii. Nos restantes casos, comprovado pela apresentação de evidência de aprovação dos respetivos requisitos técnicos, termos de referência, calendário de realização e orçamento;
- 7.3. As operações não podem ser seleccionadas, para apoio dos FEEI, quando tenham sido materialmente concluídas ou totalmente executadas antes da apresentação do pedido de financiamento ao abrigo do programa, pelo beneficiário, à autoridade de gestão, independentemente de todos os pagamentos correspondentes terem sido efetuados pelo beneficiário (artigo 65º do Regulamento (UE) nº. 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Dezembro);

8. Regras e limites à elegibilidade de despesas

Aplicam-se ao presente aviso as regras e limites de elegibilidade das despesas resultantes dos custos reais incorridos com a realização da operação que respeitem a regulamentação comunitária aplicável, artigo 15º do Decreto-Lei nº. 159/2014, de 27 outubro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º215/2015, de 6 outubro, bem como as definidas na respetiva regulamentação específica:

- Prioridade investimento 6.5 (6e) – Regeneração urbana: artigos 7º e 124º do RE SEUR;

Devem ainda observar o seguinte:

- a) No presente AAC são elegíveis a cofinanciamento as despesas incorridas pelos beneficiários desde 01/01/2014, conferidas pelas datas das respetivas faturas ou dos documentos de valor probatório equivalente;
- b) Para além da avaliação que, em cada caso, a autoridade e Gestão venha a efetuar sobre o correto enquadramento das despesas elegíveis nas diversas componentes das operações, na

apreciação dessas despesas será ainda considerada a análise da oportunidade, razoabilidade e adequação dos custos envolvidos em relação aos resultados esperados;

- c) No caso de projetos geradores de receita líquida, a despesa elegível de uma operação com custo total igual ou superior a 1 milhão de euros, é reduzida antecipadamente, tendo em conta o potencial da operação para gerar receita líquida ao longo de um determinado período de referência, que abrange tanto a execução da operação como o período após a sua conclusão, nos termos do disposto no artigo 19º. Do Decreto-Lei nº. 59/2014, de 27 outubro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º215/2015, de 6 outubro, conforme o disposto no artigo 61º do Regulamento (EU) nº. 1303/2013, de Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Dezembro.

9. Critérios de seleção de candidaturas

As candidaturas são avaliadas com base no seu mérito absoluto, definido com base em critérios de seleção, de acordo com o artigo 17º do Decreto-Lei nº. 159/2014, de 27 outubro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º215/2015, de 6 outubro, e com o artigo 9º. do RE SEUR, para as intervenções no âmbito da prioridade de investimento 6.5 (6e).

O indicador absoluto de Mérito da Operação (MO) resulta da soma ponderada dos critérios de seleção, previamente aprovados pelo Comité de Acompanhamento do PO Alentejo.

Conjuntamente com o presente AAC é disponibilizado o Referencial de Análise do Mérito da Operação (Anexo III).

O MO é calculado com base nas seguintes fórmulas associadas a cada uma das tipologias:

PI	Tipologia de Operações	Avaliação Mérito da Operação
6.5	Reabilitação integral de edifícios, Reabilitação de espaço público, Reabilitação de espaços e unidades industriais abandonadas, concretamente Tipologias 6.5.1, 6.5.2 e 6.5.3	$0,20 A1 + 0,20 A2 + 0,10 A3 + 0,25 C1 + 0,25 C2$
	Estudos e apoios à aquisição de equipa/os associados à melhoria da qualidade do ar e à redução do ruído e à qualidade de vida em meio urbano, concretamente Tipologias 6.5.4	$0,25 A1 + 0,25 A2 + 0,20 C + 0,30 D$

Cada critério de seleção é classificado numa escala de 1 a 5 pontos, em que 5 representa uma valoração muito elevada, 3 uma valoração média e 2 uma valoração reduzida, sendo o resultado do MO arredondado à centésima. Sempre que os elementos disponibilizados pelo beneficiário não permitam classificar de forma fundamentada um determinado critério, será atribuída a pontuação de 1, correspondente a uma valoração muito reduzida.

Para efeitos de seleção, consideram-se elegíveis as candidaturas que obtenham uma pontuação de mérito absoluto igual ou superior a 3.

10. Taxa de financiamento da despesas elegíveis

A taxa máxima de cofinanciamento FEDER aplicável a cada operação a apoiar no âmbito do presente Aviso é de 85% das despesas elegíveis, de acordo com o artigo 8º do Regulamento Específico “Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos”, salvo se outra resultar da aplicação das normas em vigor em matéria de auxílios de Estado e/ou de operações geradoras de receitas.

11. Forma de apoio

Os apoios a conceder às candidaturas a aprovar no âmbito do presente aviso assumem a forma não reembolsável.

12. Duração das operações

O prazo máximo de execução das operações é de 2 anos (24 meses) a contar da assinatura do Termo de Aceitação. Excetua-se do cumprimento deste prazo as situações que possuam outro prazo de execução no PARU, identificado no respetivo quadro de compromissos.

13. Apresentação das candidaturas

a) A apresentação de candidaturas é efetuada através de formulário eletrónico no Balcão 2020 (www.portugal2020.pt/Balcao2020), de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei nº159/2014, de 27 outubro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº215/2015, de 6 outubro e nos termos e condições fixadas no presente AAC.

Para apresentar a candidatura é indispensável que o beneficiário tenha efetuado registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, a Região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2020.

Na submissão da candidatura a entidade beneficiária deverá selecionar o formulário correspondente ao AAC a que pretende concorrer. O formulário de candidatura deverá ser preenchido de acordo com o “Manual de Submissão de Candidaturas” do Balcão 2020;

b) A candidatura deverá ser instruída com a documentação obrigatória constante do Anexo II a este aviso, não sendo como tal aceite a sua apresentação por qualquer outra via. Os documentos assinalados como “obrigatórios” são condição *sine qua non* de elegibilidade/ admissibilidade, não podendo ser supridos posteriormente por via da apresentação de elementos adicionais;

d) Ao abrigo deste AAC, o prazo para a apresentação de candidaturas decorre entre o dia útil seguinte à data de publicação do presente Aviso e as 17:59:59 horas do dia **27 de dezembro de 2018**.

A data e hora de entrada das candidaturas são as do registo que comprova a submissão do correspondente formulário no Balcão 2020.

14. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas

A apresentação de candidaturas poderá ser efetuada em contínuo até **27 de dezembro de 2018**. A respetiva decisão será efetuada por fases, com corte mensais, com prazos de decisão de 45 dias úteis.

As candidaturas são analisadas e selecionadas de acordo com os critérios de elegibilidade e os critérios de seleção previstos no presente AAC.

A decisão fundamentada sobre o financiamento a atribuir às candidaturas apresentadas é proferida pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Alentejo até 45 dias úteis após a sua submissão.

A decisão proferida pela autoridade de gestão é notificada ao beneficiário nos termos do disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro

O prazo máximo para a decisão das candidaturas de 45 dias úteis, não contempla a eventual suspensão de prazo para a apresentação de esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez, e a resposta no âmbito do processo de audiência prévia de interessados.

A não apresentação pelo candidato, no prazo de 10 dias úteis, dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados, significará a desistência da candidatura.

Os candidatos são ouvidos no procedimento de audiência prévia, nos termos legais, sendo concedido um prazo máximo de 10 dias úteis para apresentar eventuais alegações em contrário, contados a partir da data da notificação da proposta de decisão, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos.

As propostas de decisão das candidaturas, relativamente às quais tenham sido apresentadas alegações em contrário, são reapreciadas sendo proferida a respetiva decisão final no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da apresentação da alegação (a referida reapreciação inclui análise, decisão e nova audiência prévia, se aplicável).

A decisão é notificada pela Autoridade de Gestão ao beneficiário no prazo de 5 dias úteis, a contar da data da sua emissão.

15. Aceitação da decisão

A aceitação da decisão da concessão do cofinanciamento é feita mediante a assinatura do termo de aceitação ou contrato, nos termos do do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro. De acordo com este artigo, a aceitação do apoio poderá ser submetida eletronicamente e autenticada nos termos do artigo 11.º do referido Decreto-Lei.

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da sua notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao candidato e aceite pela Autoridade de Gestão.

16. Dotação indicativa do fundo a conceder

A dotação indicativa do Fundo FEDER afeta à prioridade de investimento, no âmbito do presente aviso de concurso é a seguinte:

Município	Dotação inicial (aviso 2016)	Acelerador	Compromisso	Dotação disponível
Alter do Chão	498.375	53.338	551.713	0
Arronches	639.000	0	639.000	0
Avis	544.900	57.970	462.595	140.275
Castelo de Vide	463.420	49.300	492.531	20.189
Crato	479.400	51.000	510.000	20.400
Fronteira	551.300	58.650	609.950	0
Marvão	487.300	51.850	190.761	348.389
Monforte	511.350	40.800	475.399	76.751
Sousel	327.123	0	0	327.123
Alandroal	549.275	0	549.275	0
Arraiolos	719.100	0	719.100	0
Borba	759.050	0	166.232	592.818
Mora	759.050	60.563	819.613	0
Mourão	599.150	0	599.150	0
Portel	759.050	60.563	729.213	90.400
Redondo	660.450	70.295	678.459	52.286
Viana do Alentejo	719.100	0	719.100	0
Vila Viçosa	535.300	0	379.003	156.297
Almodôvar	639.200	68.000	56.708	650.492

Alvito	759.050	0	759.050	0
Barrancos	469.423	49.942	499.423	19.942
Cuba	575.250	61.200	184.634	451.816
Ferreira do Alentejo	599.250	0	599.250	0
Mértola	679.150	0	679.150	0
Ourique	655.150	52.275	678.902	28.523
Vidigueira	679.175	72.250	751.425	0
Azambuja	563.280	0	563.280	0
Salvaterra de Magos	599.250	0	599.250	0
Alpiarça	634.970	0	634.970	0
Golegã	719.100	0	719.100	0
TOTAL	18.133.941	857.996	16.016.236	2.975.701

O somatório do financiamento já comprometido e do financiamento a comprometer futuramente, incluindo o relativo a operações já submetidas e em análise ao abrigo de anteriores avisos para as tipologias indicadas no ponto 3, não poderá exceder o montante indicado como dotação contratualizada.

17. Identificação dos indicadores de resultados e de realização a alcançar

As candidaturas a financiar deverão contribuir para os seguintes indicadores de realização previsto no PO

Alentejo:

Eixo 8 – Ambiente e Sustentabilidade

Indicadores de realização		Indicadores de resultado	
Designação	Meta 2023	Designação	Meta 2023
Desenvolvimento urbano: Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m2);	62,333,00	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano	
Desenvolvimento urbano: Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (m2)	15,583,00		

Estes indicadores serão objeto de contratualização e monitorização para as candidaturas a apoiar no âmbito deste visto concurso.

18. Documentação de referência

Legislação:

- a) Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 215/2015, de 6 de outubro
- b) Portaria nº. 57-B/2015, de 27 fevereiro, alterada pelas Portarias nº. 404-A/2015, de 18 novembro, n.º238/2016, de 31 agosto, retificada pela Declaração de Retificação n.º17/2016, de 26 setembro, n.º124/2017, de 27 março, n.º260/2017, de 23 agosto e n.º325/2017, de 27 outubro;
- c) Regulamento (EU) nº. 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 dezembro.

Outra documentação relevante:

- a. Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU);
- b. Deliberação n.º20/2016 da CIC, de 2 novembro;
- c. Despacho SEDC - Apresentação de candidaturas aos avisos de concurso dos PEDU, PAMUS, PARU e PAICD, de 21 dezembro 2017.

19. Divulgação de resultados e pontos de contacto

No portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt), têm acesso:

- a) As outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora;
- b) Aviso de Concurso e documentação anexa;
- c) Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso, através do menu **“Contacte-nos”**;
- d) A ponto de contacto para obter informações adicionais (www.alentejo.portugal2020.pt)

28 de janeiro 2018

Roberto Pereira Grilo

Presidente da Comissão Diretiva Alentejo 2020

(em regime de substituição)

Anexos ao presente Aviso de Concurso:

Anexo I – Centros Urbanos Complementares;

Anexo II – Listagem documentação a submeter;

Anexo III – Referencial de Análise de Mérito da Operação

Anexo III.a) prioridade de investimento 6.5

Anexo IV – Calendarização Investimentos

Anexo I

Centros Urbanos Complementares a que se refere o nº.4 do artigo 120º do Regulamento Específico “Domínio da Sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos”, aprovado pela Portaria nº.57-B/2015, de 27 fevereiro, alterada pela Portaria nº.404-A/2015, de 18 novembro e nº.2 do presente Aviso de Concurso

Alto Alentejo:

Alter do Chão, Arronches, Avis, Castelo de Vide, Crato, Fronteira, Marvão, Monforte e Sousel

Alentejo Central:

Alandroal, Arraiolos, Borba, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Viana do Alentejo e Vila Viçosa

Baixo Alentejo:



Almodôvar, Alvito, Barrancos, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Ourique e Vidigueira

Lezíria do Tejo:

Azambuja, Alpiarça, Salvaterra de Magos e Golegã.

Anexo II – Documentação obrigatória para instrução da candidatura

1. Memória descritiva e justificativa que inclua:
 - a. Enquadramento na(s) tipologia(s) de investimento prevista(s) no aviso de concurso.
 - b. Descrição detalhada da candidatura, dos seus objetivos e da necessidade e oportunidade da realização da operação.
 - c. Calendário de realização física e financeira.
 - d. Identificação e justificação dos Indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o contributo da candidatura para os respetivos objetivos.
 - e. Caracterização técnica e fundamentação de cada componente de investimento, incluindo cálculos justificativos do apuramento do investimento elegível e não elegível propostos e a respetiva calendarização de realização física e financeira. Deverá ainda ser enviada a mesma informação em ficheiro excel editável.
 - f. Justificação detalhada da correspondência entre os valores propostos para as componentes e as ações, e respetivos procedimentos contratuais. Deverá ainda ser enviada a mesma informação em ficheiro excel editável.
 - g. Grau de maturidade das componentes de investimento.
 - h. Sustentabilidade da candidatura após realização do investimento.
 - i. Plano de comunicação a desenvolver no decurso da implementação da operação e na sua conclusão, de acordo com a alínea l) do artigo 5º do RE SEUR.
2. Planta de localização e delimitação da área de intervenção proposta, a uma escala adequada e devidamente legendada.
3. Anteprojeto de execução; no caso da apresentação do projeto técnico de execução (peças escritas e desenhadas) de cada uma das empreitadas, o mesmo deverá estar devidamente aprovado.
4. Informação técnica detalhada dos serviços camarários, nos termos do RJUE, que comprove a observância da operação urbanística com as normas legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis, designadamente as constantes de instrumento de gestão territorial, do regime jurídico de proteção do património cultural, do regime jurídico aplicável à gestão de resíduos de construção e demolição, e as normas técnicas de construção, acompanhada do extrato das

Plantas de Ordenamento e de Condicionantes do PDM, identificando a área de intervenção da candidatura.

5. Pareceres/licenças emitidos ou evidência da sua solicitação (caso aplicável) pelas entidades competentes no âmbito de:
 - a. Instrumentos de Gestão Territorial e restrições de utilidade pública.
 - b. Domínio Hídrico.
 - c. Avaliação de Impacte Ambiental.
 - d. Pareceres setoriais (exemplo: Instituto de Mobilidade e Transportes, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Direção-Geral do património Cultural, Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, Direção-Geral da Saúde, Direção Regional de Cultura do Centro, etc).
 - e. Outra documentação específica decorrente do aviso.
 - f. Parecer de entidade externa competente que fundamenta a exceção à necessidade de pareceres técnicos e licenciamentos, autorizações e obrigações legalmente exigidas.
6. Estatutos da entidade promotora aprovados e publicitados (quando aplicável – não não aplicável aos projetos cujo promotor é o Município).
7. Documento de formalização da parceria ou protocolo (quando aplicável).
8. Documentação comprovativa da propriedade ou legitimidade para intervenção nos terrenos ou edifícios necessários à concretização da candidatura (incluindo planta com a identificação das respetivas parcelas).
9. Modelo de gestão das infraestruturas previstas na candidatura, onde seja evidenciada a tipologia de exploração dos espaços e/ou equipamentos (concessão, arrendamento, venda, etc.), como e quem será responsável pela manutenção e conservação do espaços e/ou equipamentos, bem como, a indicação/justificação dos custos e receitas associados.
10. No caso dos projetos geradores de receitas, demonstração do cumprimento das normas comunitárias e nacionais aplicáveis, nomeadamente o previsto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de Outubro, conforme orientação ou norma específica do Programa Operacional.
11. Comprovativo do enquadramento do beneficiário em termos de IVA.
12. Contributo para a fundamentação da análise de mérito, atendendo aos critérios de seleção constantes do presente aviso.
13. Comprovativo da inscrição em Plano e Orçamento aprovado e devidamente assinado da totalidade dos investimentos propostos.

14. Declarações de compromisso do órgão competente da entidade, em como assegura o cumprimento das orientações e normas técnicas aplicáveis decorrentes do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 215/2015, de 6 de outubro e do RE SEUR.
15. No caso de despesas inerentes à aquisição de imóveis que se revelem imprescindíveis, deverá ser apresentada a seguinte documentação comprovativa:
 - a. Relação direta entre o imóvel e os objetivos da operação, só podendo ser utilizados em conformidade com os objetivos da operação em causa.
 - b. Declaração de um avaliador independente e acreditado ou de um organismo oficial devidamente autorizado para o efeito, que certifique que o custo não excede o valor do mercado, que o bem está em conformidade com a legislação nacional ou, que especifique os pontos que, não estando conformes, devem ser retificados pelo beneficiário final no âmbito da operação.
16. Nos sete anos precedentes, o custo do imóvel não ter sido objeto de ajuda de subvenções nacionais ou comunitárias.
17. Avaliação dos riscos associados à operação, designadamente de carácter financeiro ou de execução, nomeadamente os associados à existência de achados arqueológicos na área de incidência.

